

# UNIVERSIDADE ATUAL E COMUNIDADE BRASILEIRA

Ildu Moreira Coêlho

Da Universidade Federal de Goiás

**H**á, no enunciado do tema proposto para este Painel, a crença implícita na existência de uma "comunidade brasileira", com a qual a chamada "Universidade"<sup>1</sup> atual manteria um certo tipo de relação. Se, por um lado, parece haver um convite para que pensemos realidades concretamente existentes, por outro, as expressões "Universidade atual" e "comunidade brasileira" nos colocam no plano do abstrato, do imaginário social.

O que seria a "comunidade brasileira"? Como o próprio nome já o expressa, comunidade pressupõe uma "comum unidade" de interesses, valores, ideais, padrões de comportamento, enfim, de uma cultura, de um projeto social e político. Entretanto, como a sociedade brasileira funda-se na contradição capital/trabalho, tem na cisão originária sua forma própria de existência, a expressão "comunidade brasileira" é profundamente ideológica. Se, por um lado, ela surge quando se reconhece a diferença e a oposição das classes, dos interesses, por outro, sua função básica é escamotear a contradição fundamental. Ela integra o discurso ideológico do dominante, ou seja, esse conjunto sistemático e coerente de representações que têm por função explicar e justificar a formação social capitalista existente no Brasil. Através deste discurso, a classe dominante explica a gênese do econômico, do social e do político, as relações concretas que os Homens mantêm entre si no interior da *pólis*, bem como justifica a diferença e o conflito constituidores da vida social. A generalidade e universalidade das idéias têm uma importante função a desempenhar: ocultar a desigualdade, a dominação e a exploração, apresentando-as como expressão da Natureza Humana, de uma ordem

natural" ou, quem sabe, divina e, portanto, universais<sup>2</sup>, necessárias<sup>3</sup> e justas<sup>4</sup>. Desse modo, o discurso ideológico do dominante oculta a contradição do social e do político numa identidade imaginária, dificultando o reconhecimento, pela sociedade, de sua própria contradição.

<sup>1</sup> No Brasil, as chamadas Universidades têm surgido, em geral, de uma mera agregação, um simples agrupamento por justaposição de escolas superiores já existentes. Numa "Universidade" em que o saber se encontra cada vez mais fragmentado e compartimentado, em que predomina uma concepção pragmatista da cultura, da educação e do saber em geral, e que, ao invés de ser o "lugar onde se pensa a universalidade do saber", não passa, muitas vezes, de um "fantástico aglomerado de cursinhos" (GIANNOTTI, J.A. — *Exercícios de filosofia*, SP., Brasiliense-Cebrap, p. 21), convém perguntar: não seria ideológica a afirmação da existência de Universidade no Brasil? Entretanto, não nos é possível tematizar, neste momento, o caráter ideológico da expressão "Universidade atual".

<sup>2</sup> Esta universalidade é freqüentemente reconhecida. Assim, por exemplo, é comum ouvirmos dizer: "em toda sociedade, Estado ou nação há sempre um grupo que é proprietário dos meios de produção, ao passo que o outro possui apenas a força de trabalho; um que domina e outro que é dominado etc."

<sup>3</sup> Expressões variadas e freqüentes reconhecem esse caráter necessário da desigualdade: "sempre será assim, por mais que procuremos construir uma sociedade mais justa; como alguns possuem mais talentos e são mais esforçados do que os outros, mesmo que os igualemos hoje, amanhã eles já estarão desiguais; sempre haverá ricos e pobres etc."

<sup>4</sup> As diferenças existentes entre os vários grupos sociais são apreendidas como uma justa retribuição aos talentos e aos esforços de cada um.

Engendrada no próprio interior do discurso ideológico da classe dominante, a expressão "comunidade brasileira" encobre a cisão radical constitutiva do social e do político, afirmando a homogeneidade imaginária da vida social. O conflito é, então, exorcizado do núcleo do social e do político, sendo considerado apenas como um acidente, um "desvio", uma disfunção e, como tal, prontamente superável pela ação sempre solícita do aparelho de Estado. Este apresenta-se, pois, como uma entidade abstrata, pairando acima das classes, dos interesses antagônicos e, portanto, em condições de efetivamente ser o árbitro supremo e imparcial de qualquer conflito que possa surgir na existência social. Confinado na periferia da vida social, entendido sempre como uma contingência, quase como um produto do acaso, o conflito perde Tudo se passa como se as idéias (o homem, a nação, o povo, a comunidade etc.) realmente explicassem a vida concreta dos homens na sociedade, em vez de se mostrar que tais idéias é que são explicadas pela existência de uma formação social determinada<sup>5</sup>.

sua natureza de fundamento da vida concreta dos homens na sociedade. É o que mostra, com muita lucidez, Marilena de Souza Chauí, ao denunciar uma operação de inversão entre o "de direito" e o "de fato". Tal operação "consiste em dizer que 'de direito' a sociedade é indivisa e que a *prova* da indivisão é a existência de *um só e mesmo* poder estatal que dirige toda a sociedade e lhe dá homogeneidade. Por outro lado, diz-se que 'de fato' (e infelizmente) há divisões e conflitos, mas que a causa desse 'fato injusto' deve ser encontrada em 'homens injustos' (o mau patrão, o mau trabalhador, o mau governante, as más alianças internacionais etc., etc.). Assim, a divisão constitutiva da sociedade de classes reduz-se a um dado *empírico e moral*"<sup>6</sup>. Se não "de fato", pelo menos "de direito" a sociedade se dá como um todo harmônico, uma comum unidade, pois, embora de fato dividida em classes, cindida em grupos sociais antagônicos, ela não é originariamente constituída pela divisão das classes.

Desse modo, graças ao seu discurso ideológico, os dominantes ocultam as manifestações da diferença e da contradição social, assegurando a todos os membros da sociedade o sentimento de que participam igualmente da vida social, sendo a contradição social aprendida como modos diferentes, mas todos igualmente legítimos, de participação social e política. As diferenças das classes aparecem então como meros acidentes de direito suprimíveis, pois a sociedade é, pelo menos de direito, um todo harmônico. As classes sociais são reduzidas a variantes de uma entidade universal, genérica e abstrata, o homem, o cidadão, o povo, ou, do ponto de vista educacional, o educador, o educando, o professor, aluno etc. Acima de qualquer diferença, haveria uma realidade fundamental: a comum unidade.

**E**nquanto instituição voltada para a produção, a expressão e transmissão da cultura "superior" da sociedade, a Universidade deve, pois, de acordo com o discurso ideológico da classe dirigente, captar as aspirações e anseios da "comunidade", tê-los presentes ao elaborar e executar seus planos de ensino e pesquisa, enfim, atender às necessidades da comunidade, preparando os recursos humanos necessários ao seu desenvolvi-

mento. Para que a voz desta se fizesse ouvir também na Universidade, suas necessidades pudessem ser atendidas e seus anseios satisfeitos, era preciso que seus "representantes" tivessem assento, ao lado dos mestres, nos Conselhos Universitários. E assim foi feito, sempre em nome de uma maior integração entre Universidade e realidade social, Universidade e comunidade, e de uma maior participação daquela na vida desta. Aliás, uma das preocupações da Reforma do Ensino Superior, empreendida pelo governo na última década, foi garantir um vínculo mais estreito entre comunidade e Universidade, fazendo desta uma valiosa prestadora de serviços àquela.

Mas se, como vimos, a sociedade brasileira tem, na cisão originária em grupos sociais antagônicos, sua forma concreta de existência, a qual deles se refere a expressão "comunidade brasileira"? Uma simples leitura dos textos emanados do aparelho de Estado (pareceres, indicações, planos, leis etc.), aliada a uma análise das funções exercidas pela Universidade na atual sociedade brasileira, não deixa dúvidas sobre a qual segmento social se refere a expressão "comunidade brasileira". Trata-se do patronato, ou seja, dos detentores da propriedade dos meios de produção e do aparelho de Estado. A vinculação da Universidade à comunidade nada mais é, portanto, do que a vinculação da Universidade aos diferentes setores do empresariado (indústria, comércio e agricultura). Sob o manto da "comunidade brasileira", em geral, encontramos os empresários, interessados numa maior "qualificação" da força de trabalho e na expansão do exército industrial de reserva, isto é, no treinamento de um grande contingente de profissionais que terão de se sujeitar a qualquer trabalho, por qualquer salário e em quaisquer condições. Os trabalhadores das periferias urbanas, os camponeses, enfim, as camadas populares, só aparecem (como "comunidade") nos projetos assistencialistas promovidos pelas Universidades, projetos estes de cunho paliativo e que jamais vão à raiz da questão social. Assim é que, como supostos representantes da comunidade — com a qual se identificariam — os empresários participam dos Conselhos Universitários, ou seja, participam das decisões sobre a política geral da Universidade, criação ou extinção de cursos, a assinatura de convênios etc.. Além disso, as empresas são tomadas como modelos para a reestruturação das Universidades: estas também devem caminhar para a auto-sustentação — gerando recursos — a fim de se tornarem "autônomas" (!). A privatização do ensino superior aparece então como uma decorrência "natural". Assim, a Universidade contribui para a reprodução do capital, participando mais diretamente do processo da acumulação capitalista.

Tendo como uma de suas funções o atendimento à comunidade, a Universidade não poderia voltar-se apenas ao ensino e à pesquisa, mas deveria dedicar-se também às

<sup>5</sup> Cf. CHAUI, Marilena de Souza. Crítica e ideologia. *Cadernos SEAF*. Petrópolis, 1 (1): 17-32, ago. 1978

<sup>6</sup> CHAUI, M. de Souza. Crítica e ideologia. *Cadernos SEAF*. Petrópolis, 1 (1), p. 21, ago. 1978

atividades de "extensão". Em virtude de sua própria natureza, a Universidade teria que "se estender a", sair de si e prestar seus serviços à comunidade. De acordo com esta perspectiva, a Universidade realiza as atividades de extensão inclusive como um meio de escapar à alienação da vida social, de a esta se ligar mais estreitamente. É a própria relação Universidade/Sociedade que aqui se encontra em questão e que precisa ser tematizada. Apesar da enorme diversidade de posições teóricas dos autores que analisam a questão da relação educação/sociedade, cremos que esta pode ser entendida de três modos fundamentais.

O primeiro apreende a educação como capaz de criar uma nova sociedade, mais justa, democrática, com renda melhor distribuída etc. . A educação gozaria, pois, de uma autonomia em relação à sociedade, na medida em que mesmo numa sociedade profundamente antidemocrática seria perfeitamente viável a existência de uma escola que funcionasse como uma minidemocracia. Incutindo nos alunos os valores democráticos e a excelência da democracia em relação aos outros regimes políticos, bem como levando-os a viverem uma experiência de minidemocracia, a escola estaria contribuindo para o surgimento de uma sociedade verdadeiramente democrática num futuro próximo. Os que assim pensam acreditam que de uma escola nova surgirá necessariamente uma sociedade nova. É o otimismo pedagógico, que confere ao educador o papel de mágico, gênio capaz de produzir cidadãos realmente democratas. É como se as mudanças na educação tivessem o poder de produzir radicais transformações na estrutura da sociedade. A relação educação/sociedade é pensada aqui de modo mecanicista, quase que automático: nova escola → nova sociedade. É como se a escola fosse algo que nada ou quase nada tivesse a ver com a estrutura social, com a realidade das classes, que existisse por si, embora ligada (por vínculos de exterioridade, de contigüidade, quase mecânicos) à sociedade. Educação e sociedade seriam *duas* realidades completamente determinadas, embora ligadas como dois elos de uma corrente.

A segunda maneira de pensar a relação educação/sociedade praticamente inverte o sentido da determinação defendida pelos primeiros teóricos. Não se pensa mais que a educação vai ou pode criar uma nova sociedade, nem contribuir para isto. Pelo contrário, afirma-se que a escola, numa sociedade capitalista, reproduz as relações materiais e sociais de produção. Não se fala mais em nova escola → nova sociedade, mas em tal sociedade → tal escola. Querendo ou não, tendo ou não consciência disso, nós educadores somos agentes da dominação e da exploração, na medida em que nossa práxis pedagógica está comprometida com a reprodução, camuflada, da estrutura das classes. Esta perspectiva teórica, que cada dia mais se afirma entre os educadores brasileiros, supõe que de nada adianta nossa grande dedicação à causa da educação (maior qualificação profissional, mais estudo, mais fidelidade no cumprimento dos horários e funções, maior dedicação ao educando, melhor preparo das aulas etc.), pois, quanto mais nos tornarmos responsáveis e eficientes, melhor e mais eficazmente contribuiremos para a reprodução da divisa social. Cada dia mais aumento o número dos educadores que deixam as coi-

sas acontecerem para verem como é que ficam, deixam o barco correr para verem onde vai parar, numa crescente atitude de irresponsabilidade frente à educação.

O terceiro modo de se entender a relação educação/sociedade afirma uma determinação dialética entre elas, de forma que uma de modo algum pode existir sem a outra. Se é verdade que a sociedade determina a educação, também esta determina aquela. Educação e sociedade não são entendidas aqui como *duas* realidades exteriores, completamente determinadas, que manteriam entre si uma mera relação de contigüidade, mecânica e quase automática. A educação apresenta-se antes como *uma das dimensões da vida concreta dos homens na sociedade*.

Se, por um lado, ela cumpre um importante papel na reprodução das classes, por outro, pode contribuir também para a transformação de uma sociedade determinada. Tudo isso torna-se mais claro ainda se pensarmos na Universidade, onde "pelo debate ideológico e pelas funções de pesquisa e de docência, se desenvolve um processo crítico-teórico, de enfrentamento de idéias e de opiniões, que leva à radicalização política de alguns de seus setores tanto docentes quanto discentes, os quais entram em contradição com suas classes originais e participam então de uma função contestadora. Assim, a Universidade é, ao mesmo tempo, o lugar da autopropetuação do bloco histórico através da concentração do saber e da competência profissional nas mãos dos setores hegemônicos, mas também um espaço de criticidade e de debate, certamente condicionado pelos parâmetros da função coercitiva do Estado, mas onde essa hegemonia pode ser em maior ou menor grau resistida, denunciada e combatida"<sup>7</sup>.

Enquanto instituição que tem sua origem na sociedade e nela se enraíza, a Universidade só pode ser compreendida em sua relação de interioridade com a sociedade. O espaço em que se inscreve e realiza sua práxis é o espaço do social e do político, a região da história. Sendo uma manifestação da vida social, a Universidade não se estende a, não pode se estender à sociedade (à comunidade), pois não existe "fora"<sup>8</sup> do social, do econômico e do político, nem mesmo pode estar "dentro"<sup>9</sup> deles. A própria ênfase na "extensão" já denota uma falsa com-

<sup>7</sup> SOUZA, L. A. Gomes de. Universidade brasileira: crescimento para quê e para quem? Rio de Janeiro, *Encontros com a civilização brasileira*, nº 13, p. 176, jul. 1979.

<sup>8</sup> É muito comum ouvirmos que a Universidade está alienada da vida social, que se encontra muito aquém desta etc., o que pode nos levar a uma falsa compreensão das relações Universidade/sociedade. Na verdade, numa sociedade de classes, ela está sempre ligada aos interesses de uma das classes, embora às vezes não defenda com plena eficiência estes interesses, o que faz com que seja objeto de críticas inclusive por parte desta classe.

<sup>9</sup> Posso estar "dentro" ou "fora" deste anfiteatro, pois no caso trata-se de duas realidades individuadas, completamente determinadas, independentes e exteriores uma à outra. Universidade e sociedade, porém, não são *duas* realidades independentes e exteriores.

preensão das relações Universidade/sociedade, na medida em que pressupõe que elas estejam ligadas por uma mera relação mecânica, de exterioridade, de contigüidade.

Se a Universidade é uma das dimensões, uma manifestação da vida concreta dos homens na sociedade e se esta se funda na contradição, na divisão das classes, a contradição social estará necessariamente presente na vida acadêmica universitária, nela se manifestará. Assim, numa sociedade de classes, a Universidade reproduz, disfarçadamente, as relações materiais e sociais de produção, portanto, a estrutura de classe, rejeitando os filhos das camadas populares<sup>10</sup>, inculcando-lhes o mito da igualdade de oportunidades, da escola como a grande igualadora dos indivíduos, a crença na educação como via para a ascensão sócio-econômica dos indivíduos e a construção de uma nova sociedade, levando-os a assumirem a responsabilidade pelo próprio fracasso ou sucesso na escola e no mercado de trabalho. Desse modo, a natureza política da Universidade (de nossas teorias e de nossa práxis) é escamoteada. Supomos, ingenuamente, que nosso pensar e nosso fazer são neutros, descomprometidos e imaculados. Não percebemos, muitas vezes, quanto a Universidade encontra-se comprometida com a manutenção das relações de dominação e exploração, com a reprodução das classes sociais.

O chamado "atendimento à comunidade", voltado para a promoção de seu desenvolvimento e o atendimento de suas necessidades, muitas vezes, camufla pesquisas, cursos e outras atividades que servem apenas aos grupos que detêm o poder, na medida inclusive em que mascaram a realidade, desviando nossa atenção dos reais problemas de nosso povo. Como diz Maurício Tragtenberg<sup>11</sup>, corremos o risco de ensinar e pesquisar *tudo*, desde que haja alunos em condições de pagar, empresas interessadas ou verbas públicas que financiem nossa prestação de serviços (verbas estas que "devem ser gastas até... se não..."). Basta que haja comprador para que nos entreguemos à produção de um determinado curso ou pesquisa, à realização de uma determinada atividade de extensão. Negando radicalmente sua autonomia e sua função essencialmente crítica, a Universidade corre o risco (risco este que será muito maior com a transformação das Universidades Federais em autarquias de regime especial ou em fundações) de se transformar numa fiel cumpridora de determinações alheias à vida acadêmica, numa mera executora de convênios, sem muitas vezes ter condições de decidir com lucidez e firmeza sobre sua conveniência e implicações. Critérios empresariais poderão predominar na vida acadêmica, na realização dos cursos e pesquisas. Os departamentos poderão transformar-se em meros executores de encomendas, sem terem condições de efetivamente traçar uma linha de ação baseada em critérios estritamente acadêmicos. Será isto um serviço à comunidade?

Entende-se, além disso, porque tanto se insiste na vocação "natural" da Universidade para a extensão, na necessidade de integrá-la na comunidade, de fazer dela uma prestadora de serviços à coletividade. Na verdade, esse modo de colocar a questão da Universidade pressupõe uma visão homogênea e harmônica da sociedade, onde não há lugar para a contradição, o conflito, mas apenas para diferenças "naturais" e contingentes entre indi-

víduos ou grupos. Entretanto, pretender-se neutro, assim como acreditar numa comum-unidade numa sociedade de classes, é colocar-se, de fato, a serviço da classe hegemônica.

Mas, se a Universidade brasileira reproduz a divisão de classes, isto não se dá de um modo mecânico, fatal e automático; se ela conspira a favor da dominação e da exploração, isto se dá de um modo velado, sob o manto da liberdade, da democracia, das escolhas individuais, da racionalidade etc.; se inculca a ideologia dominante, ela o faz sob o véu da ciência, da tecnologia, da racionalidade administrativa. Enfim, se a reprodução da hegemonia burguesa supõe sempre um espaço de liberdade e de crítica, por mais reduzido que seja; se a reprodução das classes supõe a reprodução da própria contradição social, quer dizer que há sempre um espaço a ser explorado pelo intelectual, pelo professor universitário, e que não pode de modo algum ser ignorado por aqueles que de fato pretendem estar do lado dos oprimidos. É preciso que exploremos a contradição social, todas as possibilidades de crítica, de liberdade, de desvendamento da contradição. Superando as barreiras que separam e muitas vezes opõem as várias regiões do saber, cada vez mais compartimentadas na "Universidade", façamos de nossas teorias e de nossa práxis um contradiscurso das teorias que ocultam a realidade. Que nossas teorias e nossa práxis estejam efetivamente cada vez mais comprometidas com a revelação da verdade da história. Entretanto, a eficácia de nossa ação depende principalmente de uma opção política clara e de um real e profundo conhecimento da evolução social, política, econômica e cultural de nosso povo, ou seja, da história social do Brasil.

---

<sup>10</sup> Os filhos das camadas populares emergentes que, com muito esforço, conseguem entrar na Universidade, o fazem de um modo marginal, sendo candidatos "naturais" à evasão, à repetência ou à realização de um curso pouco valorizado social e economicamente, numa escola de mais baixo nível e que possui menos status etc..

<sup>11</sup> Cf. TRAGTENBERG, M. A delinqüência acadêmica. São Paulo, *Educação & sociedade*, 1 (3): 76-82, maio 1979.